“Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas” de Kimberle Crenshaw — Parte 4/4

Carol Correia Follow
Sep 16, 2017 · 9 min read

Imagem de Kimberle Crenshaw

Escrito por: Kimberlé Williams Crenshaw; professora de Direito na Universidade da Califórnia, Los Angeles, B.A. Universidade de Cornell, 1981; J.D. Escola de Direito de Harvard, 1984; L.L.M. Universidade de Wisconsin, 1985.

Retirado de: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf

Traduzido por Carol Correia, a fim de aumentar a discussão referente a violência contra mulheres, em especial a mulheres não-brancas.

Observação: esta tradução será dividida em 4 partes, devido ao espaço no medium e a fim de melhorar a divulgação e disponibilização do texto.

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou interseccionalidade como forma de enquadrar as várias interações de raça e gênero no contexto da violência contra as mulheres não-brancas. No entanto, a interseccionalidade pode ser mais amplamente útil como forma de mediação da tensão entre asserções de identidade múltipla e a necessidade contínua de política grupal. É útil a este respeito distinguir a interseccionalidade da perspectiva intimamente relacionada do antiessencialismo, de que as mulheres não-brancas têm comprometido o feminismo branco com a ausência de mulheres não-brancas, por um lado, e para falar de mulheres não-brancas, por outro. Uma interpretação desta crítica antiessencialista — que o feminismo essencializa a categoria mulher — deve muito à ideia pós-moderna de que as categorias que consideramos naturais ou meramente representativas são realmente socialmente construídas em uma economia linguística da diferença[1]. Embora o projeto descritivo do pós-modernismo de questionar as formas em que o significado seja socialmente construído seja geralmente ressoado, essa crítica às vezes confunde o significado da construção social e distorce sua relevância política.

Uma versão do antiessencialismo, que incorpora o que pode ser chamado de tese de construção social vulgarizada, é que, uma vez que todas as categorias são socialmente construídas, não existe tal coisa, por exemplo, negros ou mulheres, e, portanto, não faz sentido continuar a reproduzir essas categorias através da organização em torno deles[2]. Mesmo a Suprema Corte entrou neste ato na *Metro Broadcasting, Inc. v. FCC*[3], os conservadores do tribunal, em retórica que escoar vulgar constrangimento construtório, proclamaram que qualquer retirada destinada a aumentar as vozes das minorias nas ondas de ar se baseou em uma suposição racista de que a cor da pele está de alguma forma ligada ao provável conteúdo da própria transmissão[4].

Mas dizer que uma categoria como raça ou gênero é construída socialmente não é dizer que essa categoria não tem significado em nosso mundo. Pelo contrário, um grande e contínuo projeto para pessoas subordinadas — e, de fato, um dos projetos para os quais as teorias pós-modernas tem sido muito útil — é pensar sobre o modo como o poder se agrupou em torno de certas categorias e é exercido contra outros. Este projeto tenta desvendar os processos de subordinação e as várias maneiras pelas quais esses processos são experimentados por pessoas subordinadas e por pessoas privilegiadas por eles. É,

então, um projeto que presume que as categorias têm significado e consequências. E o problema mais urgente deste projeto, em muitos casos, se não na maioria dos casos, não é a existência das categorias, mas sim os valores particulares que lhes são inerentes e a forma como esses valores promovem e criam hierarquias sociais.

Isso não é negar que o processo de categorização é em si um exercício de poder, mas a história é muito mais complicada e matizada do que isso. Primeiro, o processo de categorização — ou, em termos de identidade, nomeação — não é unilateral. Pessoas subordinadas podem e participam, às vezes até subvertam o processo de nomeação de maneira empoderadora. Basta pensar na subversão histórica da categoria "negro" ou na transformação atual de "queer" para entender que a categorização não é uma via unidirecional. Claramente, há um poder desigual, mas existe, no entanto, algum grau de agência que as pessoas podem e exercem na política de nomeação. E é importante notar que a identidade continua a ser um local de resistência para membros de diferentes grupos subordinados. Todos nós podemos reconhecer a distinção entre as reivindicações "Eu sou negro" e a afirmação de "Eu sou uma pessoa que é negra". "Eu sou negro" toma a identidade socialmente imposta e fortalece-a como uma âncora de subjetividade. "Eu sou negro" não é simplesmente uma declaração de resistência, mas também um discurso positivo de auto identificação, intimamente ligado a declarações de celebração, como o nacionalista negro "Negro é lindo". "Eu sou uma pessoa que é negra", por outro lado, alcança a auto identificação, esforçando-se por uma certa universalidade (na verdade, "eu sou primeiro uma pessoa") e por uma demissão concomitante da categoria imposta ("negra") como contingente, circunstancial, não determinante. Há uma verdade em ambas as caracterizações, é claro. Mas eles funcionam de forma bastante diferentes, dependendo do contexto político. Neste ponto da história, pode-se argumentar que a estratégia de resistência mais crítica para grupos desempoderados é ocupar e defender uma política de localização social em vez de desocupar e destruí-la.

O construtor vulgar distorce assim as possibilidades de políticas de identidade significativas, combinando pelo menos duas manifestações de poder separadas, mas intimamente ligadas. Um é o poder exercido simplesmente através do processo de categorização; o outro, o poder de fazer com que a categorização tenha consequências sociais e materiais. Enquanto o poder anterior facilita o último, as implicações políticas de desafiar um sobre o outro são muito importantes. Podemos analisar os debates sobre a subordinação racial ao longo da história e ver que, em cada caso, houve a possibilidade de desafiar a construção da identidade ou o sistema de subordinação com base nessa identidade. Considere, por exemplo, o sistema de segregação em *Plessy vs. Ferguson*[5]. Em questão, as dimensões multipessoais da dominação, incluindo a categorização, o sinal da raça e a subordinação daqueles assim rotulados. Havia pelo menos dois alvos

para Plessy desafiar: a construção da identidade ("O que é um negro?") e o sistema de subordinação baseado nessa identidade ("Os negros e brancos podem se sentar juntos em um trem?"). Plessy realmente fez ambos os argumentos, um contra a coerência da raça como uma categoria, o outro contra a subordinação daqueles considerados negros. Em seu ataque contra o primeiro, Plessy argumentou que o pedido do status de segregação para ele, dado seu status de raça mista, era inapropriado. O Tribunal recusou-se a ver isso como um ataque à coerência do sistema racial e, em vez disso, respondeu de uma maneira que simplesmente reproduzia a dicotomia negra/branca que Plessy estava desafiando. Como sabemos, o desafio de Plessy ao sistema de segregação também não foi bem sucedido. Ao avaliar várias estratégias de resistência hoje, é útil perguntar qual dos desafios da Plessy teria sido melhor para ele ganhar — o desafio contra a coerência do sistema de categorização racial ou o desafio à prática da segregação?

A mesma pergunta pode ser colocada para *Brown vs. Conselho da Educação*[6]. Qual dos dois possíveis argumentos era politicamente mais empoderador — que a segregação era inconstitucional porque o sistema de categorização racial em que se baseava era incoerente ou a segregação era inconstitucional porque era prejudicial para crianças negras e opressiva para suas comunidades? Embora possa ser uma questão difícil, em sua maior parte, a dimensão da dominação racial que tem sido mais irritante para os afro-americanos não foi a categorização social como tal, mas a miríade de maneiras pelas quais aqueles de nós tão definidos foram sistematicamente subordinados. Com especial atenção aos problemas enfrentados pelas mulheres não-brancas, quando as políticas de identidade nos falham, como costumam fazer, não é principalmente porque essas políticas consideram como categorias certos naturais que são socialmente construídas, mas sim porque o conteúdo descritivo dessas categorias e as narrativas sobre que são baseados privilegiaram algumas experiências e excluíram outras.

Nesse sentido, considere a controvérsia Clarence Thomas/Anita Hill. Durante as audiências do Senado para a confirmação de Clarence Thomas ao Supremo Tribunal, Anita Hill, ao trazer alegações de assédio sexual contra Thomas, foi retoricamente desempregada em parte porque caiu entre as interpretações dominantes do feminismo e do antirracismo. Entre os tropos narrativos concorrentes de estupro (avançados pelas feministas), por um lado e o linchamento (avançado por Thomas e seus partidários antirracistas), por outro lado, as dimensões de raça e gênero de sua posição não poderiam ser ditas. Esse dilema poderia ser descrito como a consequência do antirracismo essencializando a negritude e o feminismo essencializando a feminilidade. Mas reconhecer tanto não nos leva longe o suficiente, pois o problema não é simplesmente de natureza linguística ou filosófica. É especificamente político: as

narrativas de gênero são baseadas na experiência das mulheres brancas e de classe média e as narrativas da raça são baseadas na experiência dos homens negros. A solução não implica apenas argumentar a multiplicidade de identidades ou o essencialismo desafiador em geral. Em vez disso, no caso de Hill, por exemplo, teria sido necessário afirmar os aspectos cruciais de sua localização que foram apagados, mesmo por muitos de seus defensores — isto é, para indicar a diferença de diferença.

Se, como afirma essa análise, a história e o contexto determinam a utilidade da política de identidade, como, então, entendemos as políticas de identidade hoje, especialmente à luz do nosso reconhecimento de múltiplas dimensões da identidade? Mais especificamente, o que significa argumentar que as identidades de gênero foram embaralhadas em discursos antirracistas, assim como as identidades raciais foram embaralhadas nos discursos feministas? Isso significa que não podemos falar sobre identidade? Ou, em vez disso, que qualquer discurso sobre identidade deve reconhecer como nossas identidades são construídas através da interseção de múltiplas dimensões? Uma resposta inicial a estas questões exige que reconheçamos que os grupos de identidade organizados nos quais nos encontramos são, de fato, coalizões, ou pelo menos coligações potenciais que esperam ser formadas.

No contexto do antirracismo, reconhecer as maneiras pelas quais as experiências interseccionais das mulheres não-brancas são marginalizadas nas concepções prevalecentes de políticas identitárias não requer que desistamos das tentativas de organização como comunidades não-brancas. Em vez disso, a interseccionalidade fornece uma base para reconceptualizar a raça como uma coalizão entre homens e mulheres não-brancos. Por exemplo, na área de estupro, a interseccionalidade fornece uma maneira de explicar por que as mulheres não-brancas têm que abandonar o argumento geral de que os interesses da comunidade exigem a supressão de qualquer confronto em torno do estupro inter-racial. A interseccionalidade pode fornecer os meios para lidar com outras marginalizações também. Por exemplo, a raça também pode ser uma coalizão de pessoas heterossexuais e homossexuais e assim servir como base para a crítica das igrejas e outras instituições culturais que reproduzem o heterosexismo.

Com a identidade assim reconceitualizada, pode ser mais fácil entender a necessidade e convocar a coragem para desafiar grupos que são afinal, em um sentido, “lar” para nós, em nome das partes de nós que não são feitas em casa. Isso leva uma grande quantidade de energia e desperta ansiedade intensa. A maioria poderia esperar é que nos atreveremos a falar contra exclusões e marginalizações internas, para que possamos chamar a atenção para como a identidade do “grupo” centrou-se nas identidades

interseccionais de alguns. Reconhecendo que as políticas de identidade ocorrem no local onde as categorias se cruzam, parece mais frutífero do que desafiar a possibilidade de falar sobre categorias. Através de uma consciência de interseccionalidade, podemos reconhecer e fundamentar as diferenças entre nós e negociar os meios pelos quais essas diferenças se expressarão na construção de políticas grupais.

Sumário

Parte 1. Parte 2. Parte 3. Parte 4.

Referências e notas de rodapé:

[1] Sigo a prática de outros em ligar o anti-essencialismo ao pós-modernismo. Veja LINDA NICHOLSON, FEMINISM/POSTMODERNISM (1990).

[2] Não quero dizer que todos os teóricos que criaram críticas antiessencialistas tenham avançado para o construcionismo vulgar. Na verdade, os anti-essencialistas evitam fazer esses movimentos preocupantes e, sem dúvida, serão receptivos a grande parte da crítica aqui exposta. Eu uso o termo construcionismo vulgar para distinguir entre as críticas anti-essencialistas que deixam espaço para a política identitária e para aqueles que não fazem isso.

[3] 110 S. Ct. 2997 (1990).

[4]

A escolha da FCC para empregar um critério racial incorpora as noções relacionadas de que um ponto de vista particular e distinto é inerente a certos grupos raciais e que um determinado candidato, em virtude de raça ou etnia, é mais valorizado do que outros candidatos porque o candidato é “provável de fornecer essa perspectiva distinta”. As políticas equivalem diretamente à raça com crença e comportamento, pois estabelecem a raça como uma condição necessária e suficiente para garantir a preferência… As políticas valorizam inadmissivelmente os indivíduos, porque presumem que as pessoas pensam de forma associada à sua raça.

Id. Em 3037 (O'Connor, J., juntado por Rehnquist, C.J., e Scalia e Kennedy, J.J., dissidentes) (citações internas omitidas).

[5] 163 U.S. 537 (1896)

[6] 397 U.S. 493 (1954)

Feminismo Feminism Racismo Racism Intersectionality

About Help Legal

Get the Medium app

Download on the App Store

GET IT ON Google Play